

ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS (CPAD)

PROAD 2038/2024

Data e horário: 30 de outubro de 2025 - 11h

Local: Híbrida - *on line* e na sala de reuniões do Cejusc do 2º Grau



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

PARTICIPANTES			
NOME DO INTEGRANTE OU CONVIDADO	DESIGNAÇÃO	PRESENÇA	AUSÊNCIA JUSTIFICADA
MARIA MADALENA TELESCA	Vice-Corregedora Regional (Coordenadora da CPAD)	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EMÍLIO PAPALÉO ZIN	Desembargador	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
VANIA MARIA CUNHA MATTOS	Desembargadora	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
ANDRÉ REVERBEL FERNANDES	Desembargador	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
MARCUS PIAGETI OTT	Servidor da Divisão de Gestão Documental	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
CAROLINA DA SILVA FERREIRA	Servidora do Gabinete da Presidência	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
EVERTON LEANDRO MICHEL	Servidor da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
RENATO DA SILVEIRA RIOS	Servidor da Divisão do Arquivo Geral	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
KATIA TEIXEIRA NEIPP	Servidora do Memorial	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ALEX RISICATO	Servidor da Secretaria	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

FAGUNDES	de Tecnologia da Informação e Comunicações – SETIC		
CLAUDIA LUCCI DA MOTTA	Servidora graduada em Direito	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
KARINA XAVIER HOLSTEIN	Servidora graduada em Arquivologia	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
PAULO ROBERTO RODRIGUES GUADAGNIN	Servidor graduado em História	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>
ROSANE SERAFINI CASA NOVA	Desembargadora	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ANITA JOB LÜBBE	Juíza do Trabalho	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
ONÉLIO LUIS SOARES SANTOS	Convidado	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
LILIAN LEONARDELLI LOCH	Convidada	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Unidade de apoio executivo: Divisão de Gestão Documental

Secretário: Marcus Piageti Ott, Chefe da Divisão de Gestão Documental



ATA DE REUNIÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

PAUTA

Assunto 1: PROADs de eliminação números 5433/2025, 6422/2025 e 7104/2023;

Assunto 2: Relatório síntese do Projeto Gestão Definitiva do Acervo;

Assunto 3: Relato dos servidores que participaram do II Seminário Memojus e VII Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, em Belo Horizonte;

Assunto 4: Convite para participação no Encontro intitulado "Desastre Climático RS/2024: Acervo e Memória do Poder Judiciário";

Assunto 5: Atualização sobre o RDC-arq;

Assunto 6: Publicação do Edital para locação do novo espaço do Arquivo Geral.

DELIBERAÇÕES E RESULTADOS

A reunião, realizada na modalidade híbrida, foi conduzida pela Desembargadora MARIA MADALENA TELESCA, Vice-Corregedora e Coordenadora da CPAD. Estiveram ausentes: o Desembargador Emílio Papaléo Zin, em razão de intercorrência familiar; a Desembargadora Vania Maria Cunha Mattos, em virtude de participação em sessão de julgamento neste Tribunal; e o servidor Paulo Roberto Rodrigues Guadagnin, em razão de licença concedida para participação em atividade sindical realizada em Brasília/DF. **Assunto 1:** A Desa. Madalena Telesca iniciou a reunião abordando o primeiro item da pauta, relacionado à aprovação dos pareceres de eliminação de documentos dos Proads nº 5433/2025, 6422/2025 e 7104/2023, os quais foram aprovados por unanimidade.

Assunto 2: O servidor Onélio apresentou o relatório síntese do Projeto

Gestão Definitiva do Acervo – GDA, que tem como objetivo implementar uma gestão eficiente e segura dos documentos judiciais e administrativos arquivados entre 2001 e 2015, assegurando sua preservação, acesso e destinação definitiva, em conformidade com as normas do CNJ e do TRT4. Entre as principais ações destacadas, constam: capacitação de servidores em gestão documental; atualização da Resolução Administrativa nº 23/2021 com nova Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos; instituição de procedimentos de correição sobre práticas de gestão documental; desenvolvimento do Painel BI_GDA pela SETIC para análise e descarte de processos físicos; aprimoramentos nos sistemas eletrônicos PJ e PROAD; e reformulação da página de Gestão Documental. Foram ainda apresentadas iniciativas relativas à digitalização do acervo, à criação de repositório temporário e manual de digitalização, à formalização de descartes de processos, à definição de guarda amostral estatisticamente representativa e à organização dos documentos administrativos conforme a Resolução CNJ nº 324/2020. Por fim, foram apontadas como perspectivas a consolidação do projeto GDA como roteiro institucional de gestão documental, a continuidade das capacitações e correições temáticas, a ampliação do uso do BI_GDA e o início efetivo dos descartes de processos, além da evolução das práticas de digitalização e atualização normativa.

Assunto 3: Os servidores Onélio e Renato relataram a participação nos eventos II Seminário Memojus e VII Congresso Brasileiro de Arquivos do Poder Judiciário, em Belo Horizonte, destacando os principais temas abordados. Sobre o Memojus, informaram que o seminário buscou promover a integração entre memória institucional, preservação de patrimônios e inovação, fomentando o debate sobre a função histórica do Poder Judiciário e sua relação com os direitos humanos e a sustentabilidade (Agenda 2030). Ressaltaram que os múltiplos eixos — arquitetônico, bibliográfico, arquivístico e museológico — demonstram a amplitude do conceito de “memória” no contexto da Justiça. Em relação ao VII Seminário Nacional, enfatizaram que o congresso concentrou-se no

ciclo dos arquivos permanentes do Judiciário, abrangendo gestão, preservação, difusão e acesso aos documentos, com foco em governança documental, tecnologias e padrões modernos. Destacaram ainda a importância de compreender os arquivos não apenas como depósitos, mas como instrumentos de transparência e de fortalecimento da memória institucional. Foi registrado o encaminhamento, pelo servidor Onélio à Coordenadora da CPAD, do panfleto com QR Code para acesso ao Livro do TJMG, disponibilizado durante o evento. **Assunto 4:** A Dra. Anita apresentou o convite para o evento “Desastre Climático: Arquivos do Judiciário”, que será realizado no dia 18 de novembro (terça-feira), no Plenário do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região. O encontro é uma iniciativa conjunta dos cinco tribunais sediados em Porto Alegre — TJ-RS, TRE-RS, TRF4, TRT4 e Justiça Militar — e tem como objetivo principal demonstrar o cumprimento de uma responsabilidade constitucional, por meio da apresentação das ações realizadas, em andamento e planejadas após a enchente. O evento também busca valorizar o trabalho e a competência técnica das equipes envolvidas. A programação prevê, pela manhã, apresentações institucionais de cada tribunal, e, à tarde, mesas de debate com a participação de convidados de destaque, como o Conselheiro Alexandre Teixeira (CNJ – Coordenador do Programa de Memória), a Diretora Marlova Noleto (UNESCO/Brasil) e representantes do Arquivo Nacional, além de uma mesa especial com profissionais que atuaram diretamente durante o desastre. **Assunto 5:** A Dra. Anita apresentou as atualizações do Repositório Digital Confiável Arquivístico (RDC-Arq), ferramenta concebida para a guarda permanente de processos de forma altamente segura. Ela relatou que o lançamento da ferramenta ocorreu durante a reunião do Coleprecor, em Cuiabá, no dia 21/10/2025. O RDC-Arq, desenvolvido pelo Ibict (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia) e financiado de forma equitativa pelo TST/CSJT e pelo TRT4, é considerado pioneiro devido à sua arquitetura inovadora. A ferramenta opera extraíndo processos do PJe (Processo Judicial

Eletrônico) diretamente para o Archivematica, sendo a gestão e a difusão realizadas na plataforma Atom. O projeto será utilizado pelos 24 TRTs, uma vez que todos compartilham o mesmo sistema PJe. O RDC-Arq abrange tanto processos nato-digitais, por meio do sistema Barrapres, quanto processos físico-digitais, que exigem validação específica pelo sistema Validapres para assegurar a integridade dos dados e evitar sua corrupção. A distribuição dos pacotes (contêineres) terá início em novembro, contemplando inicialmente o TRT2 (São Paulo) e o TST/CSJT, com previsão de conclusão para os 24 TRTs em aproximadamente seis meses. A Dra. Anita destacou sua grande satisfação com o avanço do projeto, ressaltando que contar com um repositório confiável é fundamental para garantir a integridade da informação no registro histórico. **Assunto 6:** A servidora Carolina explicou a situação atual do Arquivo Geral, um espaço que foi afetado pela enchente e apresenta problemas estruturais. Embora o acervo físico de papel seja limitado e "encerrado" (o Tribunal não autua processos físicos desde 2015), ela destacou ser fundamental que este universo documental esteja em um espaço adequado, especialmente por incluir documentos tombados como Memória do Mundo, o que implica um compromisso institucional elevado. Diante dos desafios de guarda em Porto Alegre e no interior, o Tribunal está publicando o Edital de Chamamento Público pela terceira vez. O objetivo é encontrar um local para locação em Porto Alegre e na Grande Porto Alegre (até Campo Bom) que seja efetivamente seguro. O edital, mais "trabalhado e pensado", tem prazo de cerca de 30 dias, encerrando-se em 9 de dezembro de 2025. A servidora Carolina informou que, caso esta terceira concorrência seja inexitosa, o Tribunal buscará uma solução de locação direta. A conclusão e o custeio do novo espaço não estão previstos para 2025 devido à restrição orçamentária, mas há uma perspectiva positiva para 2026, quando se espera um incremento orçamentário que priorizará o projeto do novo Arquivo. Foi incentivada a ampla divulgação do chamamento público (inclusive via Instagram do Tribunal) para maximizar as chances de obter



ATA DE REUNIÃO COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DE DOCUMENTOS

uma oferta adequada. Por fim, convencionou-se que a próxima reunião será na data de 04.12.2025, às 11h. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião às 12h09min, e eu, MARCUS PIAGETI OTT, redigi os termos da ata, cujo conteúdo foi validado por todos os presentes, após envio do documento por *e-mail*.